



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

Tema

**Impacto da Actividade Agrícola no Empoderamento Sócio-económico das
Mulheres na Baixa de Chicome, Distrito de Vilankulo**

Curso: Licenciatura em Comunicação e Extensão Rural

Autor:

António Salvador Muchanga Júnior

Vilankulo, 2015

António Salvador Muchanga Júnior

Tema

**Impacto da Actividade Agrícola no Empoderamento Sócio-económico das
Mulheres na Baixa de Chicome, Distrito de Vilankulo**

Relatório apresentado no Departamento de
Sociologia Rural para obtenção do grau
De Licenciatura em Comunicação e Extensão Rural

Supervisora:

Eng^a. Amélia Saraiva Monguela

UEM-ESUDER

2015

Índice

Conteúdo	Páginas
DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA de SIGLAS	iv
LISTA de APÊNDICES e ANEXOS	v
GLOSSÁRIO.....	vi
RESUMO	vii
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema de Estudo.....	2
1.2. Justificativa	3
1.3. Objectivos	3
1.3.1. Geral.....	3
1.3.2. Específicos	3
1.4. Perguntas de partida:.....	4
II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2.1. Características da Agricultura em Moçambique	5
2.2. Importância da agricultura familiar em Moçambique.....	6
2.3. Género e Agricultura Familiar em Moçambique	6
2.4. Factores sócio-económicas que influenciam na participação de homens e mulheres na agricultura família.....	8
2.5. Principais Constrangimentos do Sector Agrário em Moçambique.....	10
2.5.2. Fraco Acesso aos Mercados	11
2.5.3. Elevada Insegurança Alimentar e Desnutrição Crónica.....	11

2.5.4. Acesso à Terra, Água e outros Recursos Naturais	13
2.6. Empoderamento Feminino	13
III. METODOLOGIA	15
3.1. Descrição da área de estudo	15
3.1.1. Características Edafo – Climaticas.....	15
3.2. População e amostra.....	15
3.3. Colecta de dados	16
3.4. Análise de dados	17
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1. Resultados	18
4.1.1. Oportunidades e os obstáculos na participação das mulheres no sector de produção agrícola.....	18
4.1.2. Elementos sócio-económicos que interferem no desenvolvimento da actividade realizada pelas mulheres	20
4.1.3. Contributo da actividade agrícola na melhoria da vida das mulheres e suas famílias	21
4.2. Discussão	22
4.2.1. Oportunidades e os obstáculos na participação das mulheres no sector de produção agrícola.....	22
4.2.2. Elementos sócio-económicos que interferem no desenvolvimento da actividade realizada pelas mulheres	23
4.2.3. Contributo da actividade agrícola na melhoria da vida das mulheres e suas famílias	24
V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	26
5.1. Conclusão.....	26
5.2. Recomendações.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICES E ANEXOS	I-VII

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, António Salvador Muchanga Júnior, declaro por minha honra, que este trabalho nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau académico, é resultado de uma investigação individual, empenho e dedicação, sendo apresentadas as referências bibliográficas e as respectivas fontes utilizadas para a produção do mesmo.

Vilankulos, aos _____ de _____ de 2015

(António Salvador Muchanga Júnior)

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho, de forma especial à minha família que contribuiu bastante para a minha formação académica e particularmente para a efectivação deste trabalho. Portanto, de uma forma mais especial e destacável, dedico o presente trabalho aos meus queridos irmãos, Naldo, Gildo, Ramildo, Arsénio, João, Badrudine, Ofélia e Palmira, não deixando de fora o céu da minha vida, Celeste António Jossefa que me propôs momentos inéditos na minha vida.

Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para endereçar os meus profundos agradecimentos a todos os que tornaram possível a realização deste trabalho, em especial a Deus e aos meus irmãos por terem contribuído para a minha formação ao longo destes quatro anos não deixando que me faltasse nada em termos morais e materiais.

Agradecer a minha supervisora Eng.^a Amélia Saraiva Monguela, pelo apoio, paciência que teve para comigo no decorrer do presente trabalho e pelos ensinamentos a mim transmitidos o que me permite dizer que foi uma verdadeira heroína e um exemplo por seguir.

Aos meus colegas de guerra referindo-me ao grupo R10, o meu muito obrigado por me aturarem por este tempo todo falo de Isac Timba e Sérgio Tomo, não se esquecendo dos colegas do curso, Quitéria Raice, Margarida Rodolfo, Esmenia Maungue e a Emília Tuendue, a família que construi em Vilankulo referindo-me da Márcia Lenine, Flávio Manjate, dona Alzira e o senhor Tiago.

Por fim, agradeço aos agricultores da baixa de chicome, por me terem recebido com carinho e concedido espaço para a realização da minha pesquisa, bem como todo o corpo de docentes e direcção da ESUDER.

LISTA de SIGLAS

CP: Censo da População

CAP: Censo Agro-pecuário

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FAO: Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura

GM: Governo de Moçambique

HIV: Vírus de Imunodeficiência Humana;

IAF: Inquérito aos Agricultores Familiares

INE: Instituto Nacional de Estatística

MAE: Ministério da Administração Estatal

MINAG: Ministério da Agricultura

MPCAA: Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental

PIB: Produto Interno Bruto

SIDA: Síndrome de Imunodeficiência Adquirida;

TIA: Trabalho de Inquérito Agrícola

LISTA de APÊNDICES e ANEXOS

APÊNDICE n° 1: Questionário dirigido as famílias da baixa de Chicote.....	II
APÊNDICE n° 2, Figura n° 1: Agricultora regando as culturas.....	VII
APÊNDICE n° 3, Figura n° 2: Agricultora a fazendo a sacha	VII
ANEXO n° 1: Mapa da Localização do Distrito de Vilankulo.....	VIII

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: é cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar.

Empoderamento da mulher: desenvolvimento das capacidades colectivas e individuais das mulheres com vista a controlarem as suas vidas, identificarem as suas necessidades, estabelecerem as suas próprias agendas e solicitarem apoio e respostas do Estado e da comunidade aos seus interesses.

Género: é o conjunto de características socialmente determinadas que identificam os papéis e padrões de comportamentos que diferenciam os homens das mulheres.

Pobreza: é uma situação social e económica caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas, como educação, moradia, água potável, assistência médica, etc.

Produção: contabilização de unidades produzidas num determinado período de tempo.

Relação de Género: são as relações sociais entre mulheres e homens que se desenvolvem dentro de um contexto específico, podem mudar e muitas vezes mudam em resposta a alteração das condições económicas, políticas, sociais e ambientais.

Reprodução: é conhecida como um processo biológico através da qual uma espécie pode criar novos organismos. A reprodução é a característica comum que observa quase todas as formas de vida que se conhecem até o momento

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo geral, analisar o impacto da actividade agrícola no empoderamento sócio-económico das mulheres na Baixa de Chicome. Para o sucesso deste, recorreu-se ao questionário, a revisão bibliográfica como forma de obter informações gerais relacionadas com o tema, para além da observação directa não participante no campo. Com base nas técnicas empregues, observou-se que agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. As transformações decorrentes no cenário agrário Moçambicano afectam as pequenas propriedades rurais. Dessa forma, tem sido constante a adopção de diferentes estratégias sociais e económicas como forma de resposta pelas agricultoras. Dentre as quais está a intensificação da mão-de-obra nas propriedades e o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. Actividade agrícola despertou a comunidade para novas formas de produção e relacionamento sócio-familiar, possibilitando o estabelecimento de novas e mais igualitárias relações entre os sexos. Foram identificadas mudanças nas relações sociais e familiares nas unidades produtivas na baixa de Chicome, decorrentes da actividade agrícola. Identificou-se a inclusão da mulher, até então “invisível”, como um segmento importante na produção de riquezas, assim como no espaço da cidadania, na direcção da justiça social e promoção da igualdade entre os sexos. Discute-se as repercussões dessa actividade na dinâmica das relações matrimoniais que influenciaram a valorização e auto-estima das mulheres no plano económico e social e que culminaram com a aquisição de prestígio social. Mudanças vislumbradas na dinâmica familiar, a partir de elementos materiais e simbólicos, compõem, actualmente, a vida dessas mulheres. Salienta-se, também, a relevância da “nova identidade” proporcionada e geradora de novas práticas sociais na conformação do rural e da Agricultura Familiar dentro dessa Comunidade.

Palavra-chave: Agricultura Familiar. Empoderamento sócio-económico da Mulher.

I. INTRODUÇÃO

Moçambique é um dos países em via de desenvolvimento com muitos recursos naturais, onde o seu desenvolvimento está profundamente ligado ao sector extracção e ao sector agrícola com cerca de 70% da população na área rural e 55% desta vive abaixo da linha da pobreza. Nas áreas rurais, a agricultura é a principal fonte de renda, mas, com a baixa produtividade, as famílias dificilmente conseguem satisfazer as suas necessidades nutricionais, além de estarem vulneráveis às intempéries climáticas. Em fase de inundações ou secas, os agricultores estão entre os grupos mais expostos à insegurança alimentar, uma vez que eles têm poucas alternativas de geração de renda para além da agricultura (BORRAS, 2010).

De acordo com AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (2007), a mulher moçambicana sempre jogou por tradição, um papel activo no processo de desenvolvimento do país nas mais diferenciadas fases da sua história, muitas das vezes em condições adversas à sua condição feminina, sem nunca ter hesitado. Contudo, a rigidez dos papéis de género atribuídos aos factores sociais e culturais e posteriormente exacerbados por modelos de desenvolvimento assentes em mecanismos de controlo social onde lhe era reservado um papel de inferioridade e de subordinação, pode ter contribuído decisivamente para um relativo atraso do seu desenvolvimento até ao estágio actual.

A persistência da mulher na luta pelo reconhecimento dos seus direitos fundamentais e pelo reconhecimento do seu papel como elemento activo e participativo no desenvolvimento sócio-económico do país e mesmo da sociedade em geral, tem-na feito alcançar significativos avanços que a conduzem para a redução das desigualdades existentes nas relações de poder e género, MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT (2009), e portanto, o equilíbrio das relações de género não se prossegue apenas com a sua consagração nas leis, é resultado de processos complexos de remoção das barreiras sociais, culturais e económicas, que muitas vezes requer uma prática ponderada de discriminação positiva a favor da mulher, SAFFIOTI (2009).

De acordo com WLSA (1998), ao realizar actividades fora do agregado familiar, as mulheres podem ir adquirindo margens de autonomia que lhes permitam dar sentido às suas condutas e às relações sociais em que se inserem. A sua incorporação na agricultura familiar, estruturado ou

não, permite estabelecer uma nova relação com o social, oferecendo-lhes uma base para a sua valorização individual e social, a possibilidade de maior protagonismo nas instâncias de tomada de decisão o que não acontece, a maior parte das vezes, com o trabalho doméstico.

O FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (2006), refere que no contexto do desenvolvimento de Moçambique, a desigualdade de género vem sendo reconhecida como um factor de influência negativa do desenvolvimento e nas zonas rurais constitui um factor que perpetua a pobreza, podendo se constatar que as mulheres se encontram cada vez mais, e de um modo desproporcional, vulneráveis à pobreza. Por outro lado reconhece-se que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento.

O Governo de Moçambique tem adoptado políticas agrárias integrando a perspectiva de género como forma de alavancar o desenvolvimento, contribuindo deste modo para o empoderamento das mulheres (FAO, 2011). Neste contexto, o presente trabalho visa analisar o impacto da actividade agrícola no empoderamento sócio-económico das mulheres na baixa de Chicome, distrito de Vilankulos, com enfoque dado a definição do papel por género nas ocupações das actividades agrícolas analisado nas unidades voltados para a agricultura familiar.

1.1.Problema de Estudo

No Distrito de Vilankulo, a maior parte da população depende directamente dos recursos provenientes da actividade agrícola para a sua sobrevivência, e são as mulheres que desempenham o papel fundamental no desenvolvimento económico e social da unidade familiar, chegando a gastar em média 14 horas de trabalho por dia em actividades agrícolas, na gestão de pequena pecuária e deveres domésticos. Todavia, elas ainda enfrentam barreiras de diferentes ordens para o reconhecimento e fortalecimento das suas actividades produtivas, que vão desde a forte divisão sexual do trabalho na unidade familiar, totalmente adversa às mulheres; até as ordens locais de género que impedem a sua participação na tomada de decisão, isto é, apesar de elas serem a força motriz na agricultura familiar, não são elas que tomam as decisões ao nível da área de produção assim como ao nível doméstico, ficando este poder na dominação masculina.

A fraca participação das mulheres no processo de tomada de decisões é agravada pelo baixo nível de escolaridade que contribui ainda para que a mesma ainda não reconheça o poder que lhe

é conferido por direito, sentindo-se deste modo, inferior aos homens e desvalorizando a sua capacidade de intervir de forma igual no processo de tomada de decisão.

1.2. Justificativa

A igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais no contexto de desenvolvimento económico e social, a análise do impacto da actividade agrícola no empoderamento sócio-económico das mulheres na Baixa de Chicome é de extrema importância visto que vai fornecer aos Órgãos Governamentais do Distrito, instrumentos que possam contribuir na criação de estratégias que visam potenciar as mulheres em matérias de produção agrícola e integração nos processos de tomada de decisão como forma de alavancar o desenvolvimento, contribuindo deste modo para o empoderamento das mulheres e para o bem-estar das famílias, sem que, seja posta em causa o modelo que configura e hierarquiza os papéis sociais em função do sexo.

Na arena científica, o estudo vai contribuir apresentando reflexões que ajudam a compreender que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, são condições fundamentais para alcançar o desenvolvimento, visto que uma mulher empoderada pode começar a dividir responsabilidades financeiras de sustento da casa e de cuidados com os filhos. Assim como para despertar reflexões posteriores.

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

- Analisar o impacto da actividade agrícola no empoderamento sócio-económicos das mulheres na Baixa de Chicome, Distrito de Vilankulo.

1.3.2. Específicos

- Identificar as oportunidades e os obstáculos na participação das mulheres no sector de produção agrícola;
- Descrever os elementos sócio-económicos que interferem no desenvolvimento da actividade agrícola realizada pelas mulheres;

- Descrever o contributo da actividade agrícola na melhoria da vida das mulheres e suas famílias.

1.4.Perguntas de partida:

- Que factores condicionam uma baixa participação das mulheres no sector de produção agrícola?
- Que aspectos representam uma atracção no sector de produção agrícola?
- De que forma os factores sócio-económicos interferem no desenvolvimento das actividades agrícolas realizadas pelas mulheres?
- Será que o empoderamento sócio-económico das mulheres garante uma melhoria de vida para elas e suas famílias?

II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Características da Agricultura em Moçambique

De acordo com os dados TIA (2002), Moçambique possui 49 milhões de hectares de terra arável com aptidão agrícola, contudo apenas 5 milhões de hectares estão a ser utilizados. A agricultura e pesca têm um peso de 31% no PIB e envolvem cerca de 80% da população. Infelizmente ainda 98% da agricultura é familiar com técnicas de produção muito rudimentares e apenas os restantes 2% de agricultura comercial. Nos últimos anos, a agricultura familiar tem sido apoiada pelo governo, organizações internacionais e algumas instituições financeiras, mas ainda se encontra num estado muito precário e inicial no qual são utilizadas poucas tecnologias para melhorar a produção e com um baixo nível de diversificação de produção. CUNGURA *et al.*, (2011), salienta que a limitada diversidade de produção leva a deficientes índices de nutrição com implicações graves para a saúde pública da população mais carenciada. Facto que se reflecte nos dados apresentados pelo ministério da saúde, em que pouco menos de metade da população apresenta desnutrição crónica.

Segundo o INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (2011), na última década o número de explorações agrícolas em Moçambique aumentou 25%, paralelamente à área cultivada com 44% de aumento. Neste período notou-se um significativo crescimento da actividade agrícola mas o mesmo não se manifesta na utilização de serviços e práticas agrícolas. A comparação proporcional entre o número de explorações existentes e a utilização de serviços e práticas agrícolas revela que a utilização de fertilizantes e irrigação apenas aumentou cerca de 1% e o uso de pesticidas decresceu cerca de 2%. O diminuto desenvolvimento dos serviços e práticas agrícolas nos últimos anos, demonstra que os esforços envidados no apoio da agricultura e no desenvolvimento dos seus sistemas de produção, ainda não deram os frutos desejados e muito dificilmente se alterará este cenário caso não se tomem medidas gerais e catalisadoras para a agricultura de Moçambique.

Diversos factores estão na origem desta baixa utilização de insumos, tal como o alto custo dos mesmos e a frequente variação de preços, falta de apoio ao crédito financeiro, falta de conhecimento técnico por parte dos agricultores, deficiente rede de extensão agrária, baixo nível

de exigência dos consumidores, entre outros. O aumento da rentabilidade de produção implica uma maior procura e disponibilidade de insumos e produção, que a seu tempo ficam mais baratos para o produtor, (JASSE, 2013).

2.2.Importância da agricultura familiar em Moçambique

De acordo com a PDER (2007), a agricultura desempenha um papel importante no âmbito do combate à pobreza, na geração de emprego rural e contribui para a segurança alimentar familiar e nacional, além de contribuir na redução da pobreza essencialmente rural, representa em termos económicos, 20%, do PIB e 80% das exportações. Além disso, a nível do país cerca de dois terços da força de trabalho encontra-se neste sector, ocupando cerca de 90% das mulheres activas e 70% dos homens activos. Isto significa que 80% da população activa do país esta empregue no sector agrário.

Por outro lado, é de destacar o papel fundamental desempenhado pela agricultura familiar como garante da subsistência do produtor e sua família (cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano), contribuindo de forma decisiva para a sua segurança alimentar e satisfação de necessidades básicas, bem como a geração de rendimentos no caso de venda de excedentes nos mercados. Efectivamente, tratando-se da forma principal de abastecimento dos mercados locais (e, conseqüentemente, da população urbana na maior parte dos casos), ela funciona como uma caixa de poupança essencial na melhoria das suas condições de vida, (CPLP, 2012).

Importa destacar a importância extensível da agricultura familiar a outros níveis: esta desempenha um papel crucial na manutenção da paisagem rural, conservação do património genético das plantas, de harmonização com o ambiente, exploração sustentável de recursos naturais e defesa do património cultural das comunidades locais, (CPLP, 2012).

2.3.Género e Agricultura Familiar em Moçambique

De acordo com Ckagnazoroff e Machado (2008), as relações de género trazem condições quase sempre desfavoráveis as mulheres, iniciando-se com a educação nas escolas, na família e na igreja, como também nas relações de trabalho na agricultura, onde existem e se mantêm níveis diferentes de participação, remuneração, distribuição de poder e controle. Por outro lado, as

desigualdades de género se verificam principalmente pelo não reconhecimento do trabalho doméstico como criador de valor, sendo ele remunerado ou não.

De acordo com TIA (2003), o sector da agricultura, pela sua natureza, envolve cerca de 80% da população Moçambicana. Deste grupo 2/3 encontra-se em situação de pobreza absoluta e a mulher e criança constituem a maioria. Apesar de a mulher camponesa desempenhar um papel chave na agricultura familiar, o seu papel é relegado para segundo plano devido às relações de género existentes nas comunidades rurais. A mulher camponesa é discriminada em termos de reconhecimento dos seus direitos fundamentais, no acesso e controle dos recursos produtivos, tecnológicos e naturais e ainda no acesso aos rendimentos do seu próprio trabalho.

Segundo dados da FAO (2011), as mulheres desempenham um papel chave na segurança alimentar e nutricional e na economia familiar. Participam activamente na produção agrícola e pecuária (entre 60-80% nos países em desenvolvimento), na conservação, transformação, armazenamento e comercialização dos alimentos, e são as únicas responsáveis pela nutrição do agregado familiar. As mulheres têm grande conhecimento do meio ambiente e dos seus recursos naturais, sendo responsáveis por fornecer água e lenha/ carvão ao agregado familiar para as actividades domésticas. Contudo, as mulheres enfrentam grandes restrições para realizar as suas tarefas devido às relações de género existentes nas comunidades rurais. As mulheres têm um acesso e controlo limitado sobre recursos e serviços, nomeadamente a terra, os insumos, o crédito, a produção de culturas de rendimento, a criação de gado de médio e grande porte, os serviços de extensão, a informação, a capacitação, a tecnologia e o emprego. Para além disso, têm uma fraca participação nos órgãos de tomada de decisões sobre aspectos produtivos e económicos devido ao papel que socialmente e tradicionalmente lhes tem sido atribuído, (FAO, 2011).

De acordo com Bourdieu (1966), o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares. Essa repercussão permite antever que a autonomia das mulheres é vista como surgimento de um “fenómeno anormal”, mas, sobretudo, revela que o sistema de trocas matrimoniais, em seu conjunto, está sofrendo uma transformação profunda e que é preciso identificar as suas causas essenciais. Ainda nessa perspectiva, o autor refere redução da dependência nas trocas matrimoniais em relação aos aspectos económicos.

2.4. Factores sócio-económicas que influenciam na participação de homens e mulheres na agricultura família

De acordo com BATELHA *et al.* (2001), os factores sócio-económicos afectam de forma directa a participação de homens e mulheres na agricultura familiar. Como se pode verificar a seguir:

- **Nível educacional:** o nível educacional pode ser um factor importante na adopção de novas tecnologias. Segundo a FAO (1994), a experiência, como também a capacidade de obter e processar informações e a habilidade no uso de técnicas agrícolas e de métodos de gerenciamento mais sofisticados podem contribuir para o sucesso do empreendimento. Um bom indicador desta capacidade é o nível de escolarização e de formação profissional.
- **Composição do agregado familiar:** segundo MPCA (2005), existe uma ampla evidência de que tanto o tamanho como a taxa de dependência da família (número de membros que não trabalha em relação aos que trabalham) afecta directamente a capacidade de acumulação das unidades de produção familiar. Como a unidade de produção familiar tem como base a capacidade de trabalho da família, um núcleo familiar com alta taxa de dependentes (ex. filhos menores) significa menos braços para trabalhar e mais bocas para alimentar. Em casos como esse, o excedente para acumulação tende a ser insignificante, em particular quando o nível tecnológico e a produtividade do trabalho são baixos.
- **Disponibilidade de mão-de-obra:** de acordo com BATALHA *et al.* (2001), a mão-de-obra familiar é o principal activo da agricultura familiar. Isto não significa que seja abundante, como em geral se assume. Ao contrário, a adopção de sistemas de produção potencialmente mais rentáveis é bloqueada pela disponibilidade de mão-de-obra familiar, insuficiente para permitir sua adopção por produtores menos capitalizados e sem condições de contar com trabalho assalariado temporário nos momentos de maior demanda. A falta de alternativas para a reprodução dos membros da família no local tem levado a um processo de migração que aumenta a escassez de mão-de-obra; em muitas áreas já se constata o envelhecimento e o celibato no meio rural. Não parece ser fácil reverter esse processo de busca de melhores alternativas por parte dos filhos de agricultores familiares, mas a tecnologia pode contribuir

para a superação do gargalo de mão-de-obra e para a adopção de sistemas mais rentáveis, baseados na combinação de mão-de-obra familiar e mais capital.

- **Desigualdade de género:** o governo de Moçambique possui a equidade de género e o empoderamento da mulher como um objectivo explícito em várias estratégias de desenvolvimento (TVEDTEN e TUOMINEN, 2010). Os objectivos do desenvolvimento do milénio também incluem a equidade do género como uma das principais prioridades para o desenvolvimento. Esta insistência na equidade de género não vem ao acaso, mas sim é motivada pelas desigualdades de género observadas em vários estudos empíricos de desenvolvimento. O acesso ao emprego formal é pelo menos 4 vezes superior no seio dos homens, em relação as mulheres. O emprego na agricultura é substancialmente maior entre as mulheres, e estas possuem relativamente baixo nível de escolaridade. A taxa de infecção ao HIV/SIDA é também maior entre as mulheres. Ademais, a incidência da pobreza é maior no seio das mulheres (WALKER *et al.* 2004; MPD/DNEAP, 2010).
- **Impacto do HIV/SIDA:** de acordo com MPCAA (2005), o HIV/SIDA pode ter graves efeitos nos agregados familiares dependendo do seu estado de vulnerabilidade nutricional antes da acção da pandemia. Por isso, não só se torna relevante avaliar o impacto do HIV/SIDA de ponto de vista clínico, mas também aos factores que concorrem para o agravamento das suas condições uma vez que muitas destas famílias já se encontram vulneráveis devido a factores tais como os eventos climáticos extremos.

Os indivíduos com HIV e os membros dos seus agregados familiares podem tornar-se vulneráveis a insegurança alimentar pelas seguintes razões:

- A doença ou morte de um membro da família pode induzir que a mão-de-obra seja desviada das tarefas produtivas para a prestação de cuidados a esse membro do agregado cronicamente doente. Isto pode levar a uma redução dos níveis de rendimento do agregado familiar e/ou da produção alimentar;
- Os membros da família afectados podem não ser capazes de proteger os seus direitos sobre os recursos, ou não ter conhecimentos e capacidade suficientes para manter a produção e os níveis de rendimento do agregado familiar.

2.5.Principais Constrangimentos do Sector Agrário em Moçambique

De acordo com o GM (2011), em Moçambique, a maioria dos constrangimentos que o sector agrário e pesqueiro enfrenta são estruturais e fundamentais para ultrapassar o desafio da pobreza e crescimento. Estes constrangimentos têm a ver com a falta de serviços básicos ao produtor para fazer o melhor aproveitamento da relativa abundância da base de recursos naturais de que o país dispõe. Disto resultam os seguintes dilemas:

2.5.1. Baixa Produtividade Agrícola

Apesar de que a baixa produtividade e produção seja característica do sector agrário no seu todo, a maior preocupação está na produção alimentar. As principais razões têm sido as dificuldades em aumentar a utilização de insumos e tecnologias modernas, limitado acesso e controle da parcela de terra pelas mulheres, limitada disponibilidade de aconselhamento técnico e serviços de apoio no sector; a dispersão dos produtores. Apesar dos esforços do governo e dos doadores que apoiam o sector para diversificar a produção de culturas, e promover o uso de insumos modernos para aumenta os rendimentos e renda dos produtores, ainda há muito caminho pela frente (GM, 2011).

Segundo o CAP (2010), somente 4% dos produtores usavam fertilizantes, e apenas 7% usam qualquer tipo de pesticidas. Como resultado, o rendimento médio actual de, por exemplo milho situa-se em 0.9 ton/ha, a mapira em 0.6 ton/ha, e do arroz em cerca de 1.0 ton/ha, que são cerca de metade dos padrões regionais. Para além dos cereais, a mandioca é um tubérculo que desempenha um papel significativo na dieta das famílias sofre igualmente. O outro grupo importante para a renda dos produtores é o das culturas de rendimento viradas para a exportação, onde destacam-se o caju, algodão, cana-de-açúcar, o tabaco, a soja, gergelim e o chá que juntos ocupam cerca de 25% da área cultivada total.

De acordo com o INE (2011), a fraca cobertura e qualidade da rede de extensão pública e investigação agrária são consideradas outros dos constrangimentos para o incremento da produção agrícola. Apesar de que os serviços de extensão pública cubram a totalidade dos 128 distritos, e 13 cidades do país, com um total de 872 extensionistas e técnicos, esta ainda serve somente 11% do total de famílias camponeses. Estes serviços tem a responsabilidade de difundir

a mensagem tecnológica, particularmente no sector familiar responsável pela maior parte da produção alimentar. No entanto, os serviços de extensão somente poderão ser efectivos na sua missão, se o sistema actual de investigação é capaz de responder a procura por inovação e adaptação requerida para responder aos objectivos de aumentar a produção e produtividade. O sistema de investigação pública em Moçambique conta com um total de 1087 funcionários dos quais somente 16.7% são investigadores, e destes apenas 10.4% tem o grau de doutoramento a maior parte dos quais estão alocados as Direcções de Agronomia e Recursos Naturais (DARN); Ciências Animais (DCA); Formação, Documentação e Transferência de Tecnologias (DFDFTT); e aos Centros Zonais Centro (CZC), Sul (CZS) e Nordeste (CZN).

2.5.2. Fraco Acesso aos Mercados

Segundo o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2011), os factores que concorrem para o baixo uso de insumos melhorados são a sua disponibilidade e altos custos de aquisição e transacção. O acesso ao mercado, tanto de insumos quanto o de produtos é particularmente constringido pela deficiência em, e por vezes ausência de: serviços financeiros rurais, estradas rurais de ligação dos mercados de consumo aos centros de produção, e sistemas de informação agrários.

É necessária uma acção coordenada dos esforços em curso relativos a melhoria das infra-estruturas de transporte, avanços nas ligações de mercados, controle da inflação e taxas de câmbios, liberalização de preços e a redução de tarifas na importação de insumos sem a qual vai ser difícil qualquer intervenção com vista ao aumento da produtividade e ao incentivo à adopção de tecnologias e retorno dos investimentos. O financiamento ao sector agrário em Moçambique depende fortemente da ajuda externa ao orçamento do Estado através do Ministério das Finanças; apoio de fundos comuns como o PROAGRI; ou através de fundos fora do orçamento na forma de apoio directo aos projectos. A despesa total destinada a agricultura e desenvolvimento rural, excluindo os juros da dívida tem sido baixa, (MINAG, 2011).

2.5.3. Elevada Insegurança Alimentar e Desnutrição Crónica

Parte da insegurança alimentar em Moçambique resulta de défices alimentares esporádicos causados por calamidades naturais. A maior e mais recente calamidade natural com efeitos

dramáticos na situação de segurança alimentar aconteceu em 2000. Chuvas torrenciais e ciclones provocam sistematicamente inundações com maior gravidade para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica causando devastação. Para além de pessoas que são deslocadas, e danos materiais avultados em infra-estruturas públicas como escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica, redes viárias, férreas e telecomunicações, os prejuízos incluem perda de culturas, particularmente alimentares e pecuária. Os períodos de cheias são seguidos de anos de seca que afectam uma parte significativa de culturas levando muitas famílias a enfrentar défices alimentares severos, (MINAG, 2011).

Os efeitos da insegurança alimentar são ainda mais severos quando muitas famílias no país são debilitadas por doenças tais como HIV/AIDS e malária. Nestas famílias falta mão-de-obra em momentos cruciais da actividade agrícola como a sementeira, a sacha e a colheita com um impacto adverso na área cultivada e nos rendimentos. Estas famílias também são vítimas de má nutrição. O estado nutricional é também baixo, e a falta de produção para a venda significa falta de disponibilidade de dinheiro para cuidados de saúde. Os baixos rendimentos agrícolas associados aos baixos níveis de utilização de insumos modernos tais como fertilizantes, semente melhoradas, e ausência de uma gestão adequada da água contribuem igualmente para a insegurança alimentar crónica. Na presença de deficientes estradas rurais quer dizer que torna-se difícil uma resposta eficaz aos défices alimentares por parte dos comerciantes de outras áreas (GM, 2011).

A situação acima é reflectida na actual situação de desnutrição crónica cujas principais causas imediatas em Moçambique são a ingestão inadequada de nutrientes, os níveis elevados da infecção e a gravidez precoce. As dietas são monótonas, com deficiências de micro nutrientes, afectando a maioria da população. A malária e os parasitas gastrointestinais afectam metade da população. A mesma proporção entre mulheres é atendida nas consultas pré-natais por apresentarem doenças sexualmente transmissíveis, para além de metade delas estarem grávidas ainda crianças. Apenas 40 por cento dos menores de seis meses são exclusivamente amamentados. As causas subjacentes da desnutrição crónica são a insegurança alimentar (especialmente no acesso limitado e no uso dos alimentos nutritivos), pobreza e práticas inadequadas em relação aos cuidados das meninas adolescentes, mães e crianças, bem como o

acesso insuficiente à saúde, à água e aos serviços de saneamento. As causas básicas da desnutrição crónica, para além da pobreza, incluem o baixo nível de educação geral e nutricional, e a desigualdade do género (este último responsável pelos casamentos e gravidezes precoces) (MINAG, 2011).

2.5.4. Acesso à Terra, Água e outros Recursos Naturais

Os recursos naturais são o maior potencial de que o país dispõe. Moçambique tem terra e água suficiente para o desenvolvimento agrícola. As florestas cobrem cerca de 39 milhões de hectares; a área arável total e de pastagens é estimada em 36 milhões de hectares, dos quais somente 3.9 milhões de hectares são actualmente cultivados. As 10 zonas agro-ecológicas do país são diversificadas em termos de solo e clima. A precipitação anual varia entre os 327 mm na zona Sudoeste de Pafuri aos 2,611 mm por ano nos planaltos do distrito do Gurue na província da Zambézia (CAP, 2000). Existem no país cerca de 3.7 milhões de explorações agrícolas a maioria das quais são pequenas (cerca de 98%) explorações. Estima-se que 96.9 % da área ocupada por estas explorações não possui o título de uso e aproveitamento da terra. A produção é largamente dependente da chuva, pois apenas 115 mil explorações têm acesso a sistemas de irrigação, ou seja 4% do total de explorações existentes que exploram 3% do total de área irrigada. Por outro lado, o país possui 46,4 milhões de ha de formações florestais, dos quais 43.1% são florestas produtivas e cerca de 19% são actualmente parques nacionais e áreas de reservas de fauna bravia. O potencial de exploração de madeira é enorme que estima-se ser de 22 milhões de metros cúbicos de madeira de pé, com potencial para sustentar uma exploração de cerca de 500.000 m³ de madeira por ano. Todo este potencial só pode ser realizado se factores exógenos ao sector agrário encontram solução. Estes factores incluem a melhoria das vias de comunicação rurais, da rede de comercialização, transportes, infra-estruturas e serviços essenciais de apoio à produção agrária (INE, 2011).

2.6. Empoderamento Feminino

De acordo com KLEBA e WENDAUSEN (2009), empoderamento é um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afectivos e condutores. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e colectiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e

institucionais, principalmente daqueles submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social.

LEÓN (1997), citado por SCHEFLER (2013), afirma que para o feminismo, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. A abordagem de empoderamento, portanto, não é neutra, é pré-condição para se obter a equidade social, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de género e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto colectivos como individuais.

De acordo com BARLETT (2004), citado por MORREIRA (2010), o empoderamento das mulheres inicia-se com o acesso a recursos, direitos, potencialização das capacidades e aumento de oportunidades. Seu processo refere-se a uma análise auto dirigida de tomada de decisão e acção, tanto no nível individual quanto em grupo, resultando em um maior controle dos meios de subsistência e reiniciando novamente em outros níveis de vida de uma pessoa, até alcançar plenamente todas as dimensões. BARLETT (2004), evidencia a importância do empoderamento económico das mulheres em países em desenvolvimento e mercados emergentes, o que é considerado como o início de todo o processo a partir do acesso a recursos e oportunidades. LEÓN (2000), citado por MORREIRA (2010), afirma que o empoderamento das mulheres empodera também os homens no sentido material e psicológico, pois as mulheres podem começar a dividir responsabilidades financeiras de sustento da casa e de cuidados com os filhos, conforme é verificado em estudos com mulheres empoderadas.

III. METODOLOGIA

3.1. Descrição da área de estudo

O Distrito de Vilankulo fica situado a Norte da província de Inhambane, tendo como limites a Norte com o distrito de Inhassorom, a Sul com o distrito de Massinga, a Oeste com os distritos de Mabote e Funhalouro e a Este com o Oceano Índico. Com uma superfície de 5.867 km² e uma população recenseada em 2005 de 138.340 habitantes, o distrito de Vilankulo tem uma densidade populacional de 23,6 hab/km², (MAE, 2005).

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existe 14 pessoas em idade activa. A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 44%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 18%), (MAE, 2005).

3.1.1. Características Edafo – Climáticas

➤ Clima e Solos

O clima do distrito é dominado por zonas do tipo tropical seco, no interior, e húmido, à medida que se caminha para a costa, com duas estações: a quente ou chuvosa que vai de Outubro a Março e fresco ou seco de Abril Setembro, (MAE, 2005).

A zona litoral, com solos acidentados e permeáveis, é favorável para a agricultura e pecuária, apresentando temperaturas médias entre 18^o e 33^o C. A precipitação média anual na época das chuvas (Outubro a Março) é de 1500mm, com maior incidência nos meses de Fevereiro e Março, em que chegam a ocorrer inundações. A zona interior do distrito apresenta solos fraco-arenosos e areno-argilosos e uma precipitação média de 1000 1200mm, com temperaturas elevadas, que provocam deficiência de água, (MAE, 2005).

3.2. População e amostra

A amostragem foi com base no *princípio de saturação* de amostra, este princípio foi determinante uma vez que na baixa de Chicome não existem dados estatísticos do número total de famílias que praticam a actividade agrícola. Neste sentido, os dados foram colectados ate que: a) não surgisse nenhum dado relevante, b) se apresentassem diferentes situações de mudanças ou falta de relacionamento em relação a realização da actividade agrícola. De acordo com ALVES-

MAZZOTTI e GEWANDZNAJDER (2002), este princípio de colecta de dados deve ser encerrada quando as informações obtidas já estão suficientemente confirmadas e o surgimento de novos dados se torna cada vez mais raro.

Assim, a amostra para a realização do presente estudo foi de 78 mulheres. Porém é importante mencionar que apesar de os casos terem um bom nível de aprofundamento, o tamanho de amostra não pretende estabelecer qualquer possível generalização. Apenas limita-se a responder a realidade das mulheres que realizam a actividade agrícola na baixa de Chicome.

3.3. Colecta de dados

Para a obtenção dos dados inerentes ao tema em estudo recorreu-se as seguintes técnicas:

a) Pesquisa bibliográfica

Consistiu no levantamento bibliográfico a partir das referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros e revistas com vista a obter informações em torno do assunto.

b) Questionário

Esta técnica consistiu na recolha da informação numa condição face à face entre o observador e o observado, através de um questionário previamente elaborado pelo pesquisador de forma a ter mais informações referentes ao impacto da actividade agrícola no empoderamento sócio-económico das mulheres na Baixa de Chicome.

A escolha desta técnica, deveu-se ao facto de as respostas às questões colocadas não estarem tão sujeitas a interpretações duvidosas, e por possibilitar uma maior sistematização dos resultados obtidos, tornando-se mais fácil automatizar o processo de análise e tratamento dos dados.

c) Observação directa não participante:

Esta técnica consistiu na observação das actividades realizadas pelas agricultoras sem interferir durante a realização das mesmas, o que permitiu, colher informações ricas e detalhadas sobre o impacto da actividade agrícola pois, as actividades como: a preparação do solo, sementeira, rega,

colheita e a comercialização foram realizadas na presença do observador em tempo real no campo.

3.4. Análise de dados

Após a colecta da informação, foi feita a transcrição das respostas dos 78 questionários realizados, posteriormente a *sistematização* que consistiu na interpretação crítica de várias variáveis que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, buscou-se a coerência entre o que se pretendia e o que se fez, e a *análise de conteúdo* no âmbito qualitativo defendida por DEY (1993), onde através da análise temática ou conceptual fez-se a transcrição e organização da informação colhida dos entrevistados. Portanto, através desta técnica fez-se um tratamento mais organizado e mais rigoroso do material empírico contido nos formulários de questionários dirigido as famílias da baixa de Chicome, assim como procurou-se correlacionar as categorias empíricas com o referencial teórico e conceptual da orientadora da presente pesquisa, com auxílio do *SPSS* (Statistics Program System for the Social Science) Win 32 por ser um dos mais recentes programas na análise de dados qualitativos e quantitativos, e permitiu operacionalizar e agrupar uma diversidade de dados levantados através da categorização, associação e cruzamento dos dados obtidos a partir dos questionários.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Resultados

4.1.1. Oportunidades e os obstáculos na participação das mulheres no sector de produção agrícola

De acordo com os questionários e observações feitas no campo de estudo, verificou-se que as agricultoras têm oportunidades que alicerçam a sua manutenção na unidade de produção, porem deparam-se com inúmeros obstáculos que afectam com certa severidade a sua participação no sector agrícola. Tal como é descrito a baixo.

➤ Oportunidades

Mercado garantido: o fácil acesso ao mercado das hortícolas é tido pelas agricultoras como uns dos aspectos atractivos da sua permanência no sector de produção agrícola, pós segundo as mesmas, as hortícolas por elas produzidas não tem grandes problemas de comercialização.

Lucro obtido: de acordo com as observações feitas, indicam o lucro como atractivo considerável para a participação e expansão de uma actividade produtiva. O lucro obtido, na unidade produtiva, estimula a adopção de tecnologia, objectivando aumento da produtividade dos factores, elevação do produto e, conseqüentemente, ocasionando melhorias na renda das agricultoras. Assim, de acordo com as mesmas o lucro líquido pode fornecer parte dos recursos requeridos para a adopção de novas tecnologias.

Procedência das produtoras: as agricultoras argumentam que pelo facto de terem uma trajectória prévia no meio rural e terem iniciado mais cedo o contactos com as actividades agrícolas, representa um incentivo para participar e fortalecer a produção agrícola, embora isso não signifique estrito controle pelo gerenciamento de actividade e sim uma transformação na lógica de produção. Por outro lado, a trajectória dessas mulheres não apenas define o tipo e o objectivo da actividade a desenvolver, mas também ajuda-as a suas estratégias e tomada de decisões para aperfeiçoá-la, com perspectiva de melhorar os produtos conforme a demanda do consumidor.

Custo da mão-de-obra: de acordo com as observações feitas no campo de estudo, o facto de não remunerar a mão-de-obra nas actividades produtivas, constitui também uns dos aspectos atractivos de participação no sector de produção agrícola, pós segundo as agricultoras, o pouco rendimento obtido com a comercialização dos produtos em vez de pagar as despesas de mão-de-obra é canalizado para fortalecimento de alimentação, despesas escolares dos filhos e para o conforto familiar.

➤ **Obstáculos**

Distância da casa a machamba: das observações feitas, notou-se que grande parte das agricultoras leva em média uma 1 hora de caminhada, de casa ao campo de produção, e para elas este aspecto faz com que reste pouco tempo para a realização das actividades agrícola, visto que, conciliam as actividades agrícolas com os afazeres domésticos.

Posse da terra: no universo das 78 agricultoras, 25.6% afirmou não ser proprietário da área de cultivo e 74.4% é que afirmou ser proprietário da área de cultivo, não obstante, elas tem um controle limitado e devido a ausência de segurança da propriedade da terra a longo prazo, as agricultoras afirmaram ter pouco incentivo para fazer investimentos de longo prazo, incluindo melhoria na qualidade do solo, desenvolvimento de pequenos sistemas de irrigação, ou a plantação de árvores e culturas de longa maturação.

Responsabilidade de gestão familiar e doméstica: as agricultoras afirmam que o cuidar da educação e saúde dos filhos e de outros familiares, confecção da comida, busca de água e lenha, apoio aos mais idosos e nas tarefas da comunidade, faz com que o tempo disponível para administrar actividade agrícola que é geradora de rendimento seja sempre menor.

Importa referir que a totalidade da agricultura familiar na baixa de Chicome não está mecanizada, utilizando, assim, técnicas de cultivo rudimentares, concretamente, o uso da enxada de cabo curto para as lavouras, dependência, por parte dos camponeses, das condições naturais do clima, limitada utilização de fertilizantes, dentre outros factores. Deste modo, apesar da produção da maior parte das agricultoras estar a registar aumento de quantidades de ano para ano, muitas vezes estes resultados não chegam a compensar os poucos recursos individuais investidos no processo de produção, o que condiciona à perpetuação da situação de miséria a que as famílias se

encontram. Mesmo as poucas agricultoras que recorrem ao emprego da técnica, devido às razões mencionadas, e a uma ausência de um estabelecimento bancário capaz de fomentar a actividade agrária, tida como a base do desenvolvimento, não têm conseguido ter rendimentos satisfatórios.

4.1.2. Elementos sócio-económicos que interferem no desenvolvimento da actividade realizada pelas mulheres

No que concerne aos elementos sócio-económicos, as inquiridas foram unânimes ao afirmarem que os elementos que concorrem para a interferência no desenvolvimento das actividades por elas realizadas são os seguintes:

- **Nível de escolaridade:** das 78 mulheres, 35.9% o que corresponde a 28 pessoas não sabem ler nem escrever, 60.3% o que corresponde a 47 pessoas tem o nível primário não concluído, e só 3.8% que corresponde a 3 mulheres, é que tem o nível primário concluído, isto é, 7ª classe.

De acordo com uma das mulheres, a questão do nível de instrução ao nível da baixa de Chicome está intimamente relacionada a aspectos da desigualdade de género, visto que, quando inicia a época agrícola ou no pico das actividades, as crianças principalmente as do sexo feminino são obrigadas a abandonar as aulas para ajudar os seus pais com os trabalhos no campo de produção.

- **Falta de serviços de crédito:** mais uma vez as agricultoras lembraram que para fazer face a uma agricultura moderna com recurso a novas tecnologias e conseqüentemente altos níveis de rendimento e produtividade é necessário capital. De todo universo das agricultoras inquiridas só 2.7% o que corresponde a 2 mulheres afirmou ter acesso aos serviços de crédito, e os restantes 97,4% reclamaram das dificuldades de acesso e o custo do financiamento.
- **Disponibilidade de mão-de-obra:** a fraca disponibilidade da mão-de-obra é também apontada pelas agricultoras como um dos elementos que contribui na interferência do desenvolvimento das actividades por elas realizadas, pós frente às mudanças e transformações que modificam profundamente o cenário agrícola, implica a intensificação da agricultura, aumentando a carga de trabalho das mulheres, pois elas têm que conciliar os afazeres domésticos com as actividades agrícolas. Num total de 78 famílias verificou-se uma taxa de dependência em 57 famílias, isto é, maior número de membros que não trabalha em relação aos que trabalham.

- **Disponibilidade e acesso à informação:** de acordo com as informações colhidas, 62.8% das agricultoras afirmaram não ter acesso aos serviços de extensão, e estão cientes de que com a informação disponível, elas fariam uma escolha que reduzisse o tempo e trabalho físico, e simultaneamente, aumentasse a produtividade e eficiência. Contudo, mesmo que haja suficiente informação disponível, a decisão de adopção é mediada pela disponibilidade de capital, terra, crédito, ou outros recursos económicos.

As agricultoras, ressaltam que os elementos acima apresentados são os que mais contribuem na interferência do desenvolvimento das actividades por elas realizadas, principalmente a disponibilidade e acesso a informação, que por sinal tem causado enormes constrangimentos, principalmente para as famílias que tem na agricultura a sua principal base de subsistência. De acordo com as inquiridas, o défice no acesso aos serviços de crédito pode prolongar o cenário acima descrito.

4.1.3. Contributo da actividade agrícola na melhoria da vida das mulheres e suas famílias

No que concerne ao contributo da actividade agrícola na melhoria da vida das mulheres e suas famílias, a maioria das mulheres inqueridas afirmou terem havido mudanças principalmente económicas, sociais e familiares e na estratégia de produção, uma vez que, em alguns casos, a produção agrícola com valor comercial tem redefinido o tempo e necessidade de intensificar as actividades.

No que diz respeito as mudanças económicas, para algumas mulheres melhorou, pelo facto de adquirirem alguns bens matérias como aparelhos electrodomésticos e pela possibilidade de custearem as despesas escolares dos filhos. De acordo com algumas mulheres, o facto de ter investido em insumos, estimulou um aumento na produção. Para algumas mulheres, isso facilitou mais o trabalho, permitindo intensificar a produção para a venda. No entanto, no que diz respeito ao controle dos recursos provenientes da comercialização da produção agrícola, a maioria das mulheres (55.1%) afirma que os homens são responsáveis pelo controle do dinheiro da família, enquanto 28.2% relatam que são elas as responsáveis e 16.7% dizem que realizam o controle dos recursos conjuntamente com o companheiro. Contudo, o recurso proveniente da venda dos bolos

e da lenha retirada da mata geralmente são as mulheres que decidem o que fazer com ele, mesmo que seja destinado principalmente para despesas de casa ou produtos de consumo familiar.

Em relação as mudanças a nível familiar, a maioria das mulheres afirmo que pelo facto de estarem envolvidas na actividade agrícola aumentou o volume do seu trabalho pós conciliar as actividades de produção com o trabalho doméstico não é tarefa fácil, contudo, o facto de estarem envolvidas na actividade agrícola e poderem participar na produção do rendimento familiar, abriu espaço social para a representatividade das mulheres na comunidade, caracterizada por firmar novas relações e identidade dessas mulheres, o que provocou descontinuidades do poder existente, marcado pela dominação masculina. Pós, Em relação a tomada de decisão a nível doméstico, de entre 78 mulheres inquiridas somente 6 afirmaram que o marido é que toma todas as decisões, enquanto 72 mulheres inquiridas afirmaram que as decisões na família são realizadas em conjunto com o marido. E de acordo com as mesmas, o facto de estarem envolvidas na actividade agrícola, lhes proporciona satisfação, respeito, valorização, relativa independência e mudanças significativas em suas vidas e de suas famílias.

4.2.Discussão

4.2.1. Oportunidades e os obstáculos na participação das mulheres no sector de produção agrícola

No que concerne aos obstáculos e oportunidades na participação das mulheres no sector agrário, as informações levantadas na área de estudo permitiram observar que as agricultoras da baixa de Chicome se deparam com inúmeros obstáculos em detrimento das oportunidades, tais como: o acesso limitado a terra, distância de casa ao campo de produção, limitados serviços de extensão, limitado uso de fertilizantes, que concorrem para uma baixa produção e produtividade.

O cenário acima referenciado converge com a concepção do GM (2011), ao dizer que a baixa produtividade e produção são características do sector agrário no seu todo, a maior preocupação está na produção alimentar. As principais razões têm sido as dificuldades em aumentar a utilização de insumos e tecnologias modernas, limitado acesso e controle da parcela de terra pelas mulheres, limitada disponibilidade de aconselhamento técnico e serviços de apoio no sector.

No que diz respeito ao limitado uso de fertilizantes o CAP (2010), salienta que somente 4% dos produtores usavam fertilizantes, e apenas 7% usam qualquer tipo de pesticidas. Como resultado, o rendimento médio actual é cerca de metade dos padrões regionais. Por sua vez o MINAG (2011), sustenta que os factores que concorrem para o baixo uso de insumos melhorados são a sua disponibilidade e altos custos de aquisição e transacção. O acesso ao mercado, tanto de insumos quanto o de produtos é particularmente estrangido pela deficiência em, e por vezes ausência de: serviços financeiros rurais, estradas rurais de ligação dos mercados de consumo aos centros de produção, e sistemas de informação agrários.

De um modo geral constatou-se que a baixa participação das mulheres no sector de produção agrícola é acentuada pela responsabilidade que elas têm na gestão familiar e doméstica, como por exemplo, no caso de uma doença ou morte de um membro da família pode induzir que a mão-de-obra seja desviada das tarefas produtivas para a prestação de cuidados a esse membro do agregado cronicamente doente. Isto pode levar a uma redução dos níveis de rendimento do agregado familiar e/ou da produção alimentar;

4.2.2. Elementos sócio-económicos que interferem no desenvolvimento da actividade realizada pelas mulheres

- De acordo com as mulheres inquiridas, indicam que os elementos sócio-económicos que interferem no desenvolvimento das actividades por elas realizadas, estão relacionados com baixo nível de escolaridade, falta de serviços de crédito, fraca disponibilidade de mão-de-obra e de acesso à informação. O ponto de vista das mulheres da baixa de Chicome converge com a visão da FAO (1994), ao afirmar que a experiência, como também a capacidade de obter e processar informações e a habilidade no uso de técnicas agrícolas e de métodos de gerenciamento mais sofisticados podem contribuir para o sucesso do empreendimento, um bom indicador desta capacidade é o nível de escolarização e de formação profissional.

Os elementos acima referidos afectam de forma directa a adopção de novas tecnologias pelas mulheres, todavia o que acentua mais este cenário é a desigualdade patente entre homens e mulheres na baixa de Chicome. Essa constatação converge com a visão da FAO (2011), ao afirmar que as mulheres enfrentam grandes restrições para realizar as suas tarefas devido às

relações de género existentes nas comunidades rurais. As mulheres têm um acesso e controlo limitado sobre recursos e serviços, nomeadamente a terra, os insumos, o crédito, a produção de culturas de rendimento, a criação de gado de médio e grande porte, os serviços de extensão, a informação, a capacitação, a tecnologia e o emprego. Para além disso, têm uma fraca participação nos órgãos de tomada de decisões sobre aspectos produtivos e económicos devido ao papel que socialmente e tradicionalmente lhes tem sido atribuído.

Apesar do baixo nível de escolaridade e da desigualdade existente entre homens e mulheres decorrentes da divisão de trabalho na baixa de Chicome, as mulheres têm conseguido fazer frente às adversidades sócio-económicas e culturais, levando sustento e melhor qualidade de vida para si e suas famílias recorrendo a diversas estratégias que lhes permitem gerar rendimentos através de actividades produtivas.

4.2.3. Contributo da actividade agrícola na melhoria da vida das mulheres e suas famílias

No que concerne ao contributo da actividade agrícola, as mulheres da baixa de Chicome fazem uma avaliação positiva, visto que, para algumas mulheres os recursos que provêm da venda da produção agrícola, significam uma melhora económica, pois é possível investir nos bens materiais para facilitar o processo de trabalho ou para bens de consumo para melhorar a alimentação. O facto de ter um recurso a mais para complementar a alimentação, comprar alguns electrodomésticos, investir na compra de medicamentos ou para responder a situações de emergência tem significado uma mudança na vida de algumas mulheres, principalmente porque em alguns casos os recursos que provêm do emprego formal dos seus maridos não são suficientes para a manutenção da família.

Como consequência da actividade agrícola, as mulheres assumem um novo papel nas relações socioculturais e familiares, e em certos casos, em confronto com a dominação masculina, segundo a lógica das relações entre os sexos discutida por Bourdieu (1966). Segundo o mesmo, o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares. Essa repercussão permite antever que a autonomia das mulheres é vista como surgimento de um “fenómeno anormal”, mas, sobretudo, revela que o sistema de trocas matrimoniais, em seu conjunto, está sofrendo uma transformação profunda e que é preciso

identificar as suas causas essenciais. Ainda nessa perspectiva, o autor refere redução da dependência nas trocas matrimoniais em relação aos aspectos económicos, ou seja, mudança de forma. No caso da baixa de Chicome, reflecte-se na situação de hierarquia social definida pelo estatuto social e o estilo de vida das famílias locais.

A redução da dependência na perspectiva económica é observável na baixa de Chicome e pode-se afirmar que ocorreu a apropriação de uma nova identidade por parte desse grupo de mulheres. Observam-se esses elementos na disponibilidade em apreender e colocar em prática novas formas de relacionamento, pautadas pela conduta activa na gestão do matrimónio, e na preocupação em ensinar os filhos para que não venham “de maneira nenhuma” passar pelas dificuldades pelas quais passaram outrora, como é o caso da fome e da violência por falta de alternativas.

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

Após a realização da pesquisa pôde-se concluir que:

A manutenção das mulheres na unidade de produção deve-se a fácil acesso ao mercado de comercialização da sua produção aliado ao lucro obtido, objectivando o aumento da eficiência de produção e consequentemente ocasionando melhorias na renda familiar.

Os principais constrangimentos na participação das mulheres na cadeia de produção estão relacionados com o acesso limitado a terra, distância percorrida de casa a machamba, limitados serviços de extensão e limitado uso dos insumos melhorados devido aos altos preços aplicados, o que tem concorrido a uma baixa produtividade e falta de qualidade dos produtos, reflectindo-se principalmente nos baixos rendimentos dos produtores.

A falta de financiamento para investimentos, acesso a informação e o baixo nível educacional que é um factor importante na adopção de novas tecnologias, interferem de forma significativa para que um grande número das agricultoras não desenvolva sistemas de produção viáveis e com potencial para elevar o nível de renda e bem-estar das famílias.

A participação das mulheres na actividade agrícola ou actividades geradoras de rendimento por si organizadas, embora aumente o volume do seu trabalho, contribui de forma significativa para a estabilidade do agregado familiar, permitindo-lhes adquirir não apenas recursos materiais mas também recursos sociais que lhes permitem aceder aos mecanismos que lhes garantem a continuidade do acesso aos recursos.

5.2. Recomendações

As autoridades governamentais

- Criação de uma plataforma de dados sobre os agricultores que operam na baixa de Chicome de modo a facilitar estudos subsequentes;
- Melhorar as técnicas de cultivo através da pesquisa e introdução de sementes melhoradas e adubos químicos;
- Melhorar a comunicação com os agricultores da baixa de Chicome para orientá-los sobre como obter acesso à terra e ao crédito agrícola (exigências, critérios, a quem procurar e suas responsabilidades);
- Implementar as estratégias de empoderamento da mulher com vista a fortalecer a participação e o poder de tomada decisão desta em todo processo produtivo na baixa de Chicome.

Aos agricultores

- É necessário que os agricultores se organizem em associações de modo a interagirem com as autoridades governamentais e as ONG's da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SUECA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. (2007). *Um Perfil das Relações de Género Para a Igualdade de Género em Moçambique*. Maputo. Moçambique.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. (2002). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

BATALHA, M., *et al*, (2001). *Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos*.

BOURDIEU, P. (1966). *Célibat et condition paysanne. Etudes Rurales*. Paris.

BORRAS, J., *et al*, (2010). *Adaptação, género e empoderamento das mulheres*.

Censo Agro-pecuário (CAP). (2010).

Censo Agro-pecuário (CAP). (2000).

CKAGNAZOFF, I. B.; MACHADO, M. L. J. (2008). *Empoderamento de Mulheres: Avaliação de impacto de uma ONG na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Rio de Janeiro.

CPLP. (2012). *Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP*.

CUNGUARA, B., *et al*. (2011). *The effect of nonfarm incomes in reducing drought vulnerability and rural poverty in southern Mozambique*. Agricultura Economics. (In press).

DEY, Ian (1993). *Qualitative Data Analysis a User-Friendly Guide for Social Scientists*. Routledge Taylor & Francis e-Library, London and New York.

FAO/INCRA (1994). *Programa de Desenvolvimento Agrário Sustentável*.

FAO. (2011). *Desenvolvimento das capacidades sobre a integração da abordagem de género na gestão dos recursos hídricos e fundiários*.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (2006). *Igualdade de género e empoderamento da mulher em Moçambique*. Maputo.

Governo de Moçambique (2011). *Plano de Acção de Redução da Pobreza, 2011-2014*. Maputo, Moçambique.

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2011. *Censo Agro-pecuário*. Moçambique.

JASSE, Aladino (2013). *Promoção do Desenvolvimento das Feiras de Cereais e Oleaginosas Distrito de Nhamatanda – Sofala*, Moçambique.

KLEBA, M., e WENDAUSEN, A. (2009). *Empoderamento: Processo de Fortalecimento dos Sujeitos nos Espaços de Participação Social e Democratização Política*. São Paulo.

MILLENIUM CHALLENGE ACCOUNT (2009). *Plano de Integração dos Assuntos de Género nos Projectos do, Millenium Challenge Account*. Maputo. Moçambique.

Ministério da Administração Estatal (MAE). (2005). *Perfil do Distrito de Vilankulo*. Inhambane.

Ministério da Agricultura (MINAG). (2011). *Plano nacional do sector agrário PNISA 2013-2017*.

Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental (MPCAA). (2005). *Avaliação da Vulnerabilidade as Mudanças Climáticas e Estratégias de Adaptação*. Maputo.

MORREIRA, N, C. (2010). *Programa Bolsa Familiar e o Empoderamento das Mulheres em Minas Gerais*. Brasil.

MPD/DNEAP (2010). *Third Poverty Assessment in Mozambique*. Maputo: Ministry of Planning and Development, National Directorate of Applied Studies and Policy.

Plano Director de Extensão Rural (PDER). (2007). *Relatório da Inspeção de Finanças*. Moçambique.

SAFFIOTI, H.I.B., (2009). *Ontogênese e Filogênese do Género: Ordem Patriarcal de Género e a Violência Masculina Contra Mulheres*. Brasil

SCHEFLER, M, L. (2013). *Género Autonomia Economia e Empoderamento. O Real e o Aparente: Sistematização de Processos de Investigação-Acção e/ou de Intervenção social.*

Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). (2002). *Inquérito conduzido pela Direcção de Economia, Departamento de Estatística, Ministério da Agricultura.* Maputo. Moçambique.

Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). (2003). *Inquérito conduzido pela Direcção de Economia, Departamento de Estatística, Ministério da Agricultura.* Maputo. Moçambique.

TVEDTEN, I., and TUOMINEN, M. (2010) “A woman should not be the boss when a man is present” *Gender and poverty in southern Mozambique.* CMI Report No 7. Bergen: Chr. Michelsen Institute.

WALKER, T., et al. (2004), *Determinants of Rural Income, Poverty and Perceived Well-Being in Mozambique in 2001-2002.* Working Paper 57E. Maputo: Ministry of Agriculture.

WLSA (1998). *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique.* DEMG, CEA, UEM, Maputo.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES n°1

Formulário de questões dirigido as famílias da baixa de chicome

Parte I: A nível da área de produção

1. Dados dos entrevistados:

1.1.Sexo: 1 Feminino

1.2.Idade: 1 abaixo de 20 anos 2 entre 21-30 anos 3 entre 31-45 anos 4 mais de 45 anos

1.3.Estado civil: 1 Solteira (o) 2 Casada (o) 3 Separada (o) 4 Viúva (o)

2. É proprietária da área de cultivo?

1 Sim

2 Não

3. Como adquiriu a parcela?

1 Herança dos pais

2 Herança domarido

3 Requereu

4 Outra _____

4. Quanto tempo leva da casa ate a área de produção (em minutos)

1 De 5 a 10 minutos

2 De 10-30 minutos

3 De 30minutos a 1 hora

4 Mais de 1hora

5. Em que período (meses) realiza a actividade

1 Todo ano

2 Março- Setembro

3 Outubro-Fevereiro

4 Outro período

6. Com que periodicidade se apresenta na área de cultivo?

1 Diariamente

2 Semanalmente

- 3 Outro
7. Qual é a dimensão da área do cultivo ou número de canteiros? _____
8. Trabalha com algum membro da família na sua área de produção?
- 1 Sim
- 2 Não
9. Qual é o grau de parentesco?
- 1 Marido
- 2 Filhos
- 3 Outro _____
10. Quais são as oportunidades que tem no sector agrícola? _____
11. Quais são as dificuldades que enfrenta no campo de produção? _____
12. Para além da actividade agrícola exerce outra actividade?
- 1 Sim
- 2 Não
13. Qual é a actividade alternativa?
- 1 Comércio
- 2 Pesca
- 3 Pecuária
- 4 Outro _____
14. Qual é a finalidade de produção?
- 1 Comércio
- 2 Consumo
- 3 Consumo e comercialização
15. Qual é o mercado de comercialização? _____
16. Quem gere o valor adquirido na comercialização?
- 1 Esposa que participa nas actividades de produção
- 2 Marido que participa nas actividades de produção
- 3 Esposa que não participa nas actividades de produção
- 4 Marido que não participa nas actividades de produção
17. Onde canaliza o valor adquirido com a comercialização?
- 1 Alimentação

- 2 Educação dos filhos
- 3 Investir noutras actividades
- 4 Outro _____

18. Recebe visitas de extensionistas? 1 Sim 2 Não→A₁₄

Quem tem o contacto?

- 1 Marido/ Esposa
- 2 Filhos
- 3 Outros _____

19. Razão que conduzem a que o contacto com o extensionista não seja directo com a pessoa que trabalha na área de produção? _____

20. Quais são os factores que interferem na realização de vossa actividade? _____

Parte II: A nível doméstico/ familiar

21. Com quem vive?

- 1 Marido/Esposa
- 2 Filhos
- 3 Outros _____

22. Quantos filhos têm?

- 1 Nenhum
- 2 Tem 1-3
- 3 Tem 3-5
- 4 Tem mais de 5

23. Os seus filhos frequentam a escola? 1 Sim 2 Não

24. Quem paga as despesas para a educação das crianças?

- 1 O pai
- 2 A mãe
- 3 Familiar (especifique) _____
- 4 Outro _____

25. Quais são as actividades que realiza antes de sair de casa para o campo de produção?

- 1 Varrer A casa
- 2 Buscar lenha

- 3 Lavar louça
- 4 Preparar água para o banho do marido
- 5 Preparar o matabicho para o marido
- 6 Preparar os filhos para irem a escola
- 7 Lavar a roupa
- 8 Outra _____

26. Quanto tempo leva a realizar essas actividades?

- 1 Menos de 30 minutos
- 2 Entre 30 min– 1 hora
- 3 Entre 1-2 horas
- 4 Mais de 2 horas

27. Quais são as actividades que realiza depois de voltar para casa?

- 1 Buscar água
- 2 Buscar lenha
- 3 Varrer a casa
- 4 Lavar louça
- 5 Preparar água para o banho do marido
- 6 Preparar o matabicho para o marido
- 7 Preparar os filhos para irem a escola
- 8 Lavar a roupa
- 9 Prepara almoço
- 10 Descansa
- 11 Outra _____

28. Quanto tempo leva a realizar essas actividades?

- 1 Menos de 30 minutos
- 2 Entre 30 min– 1 hora
- 3 Entre 1-2 horas
- 4 Entre 2-5 horas
- 5 Mais de 5 horas

29. Recebe alguma ajuda nas tarefas domésticas?

- 1 Sim

2 Não

30. Quem ajuda nas tarefas domésticas?

1 Marido/esposa

2 Filhos

3 Outros _____

31. Quem busca água?

1 Esposa

2 Marido

3 Filhos

4 Outros _____

32. Quem busca lenha?

1 Esposa

2 Marido

3 Filhos

4 Outros _____

33. Se tivesse que deixar de realizar as actividades domésticas para que seja o seu marido a realizar, como se sentiria? (pode ter respostas múltiplas)

1 Não deixaria isso acontecer

2 Ficaria aliviada

3 Seria bom para ele aprender a valorizar

4 Seria crucificada pela família

5 Outro

34. Quando está grávida ou acaba de ter o bebé, recebe ajuda do seu marido nas actividades domésticas?

1 Sim 2 Não

APÊNDICE n°2



Figura n°1: agricultora regando as culturas

Fonte: *Autor (2014).*

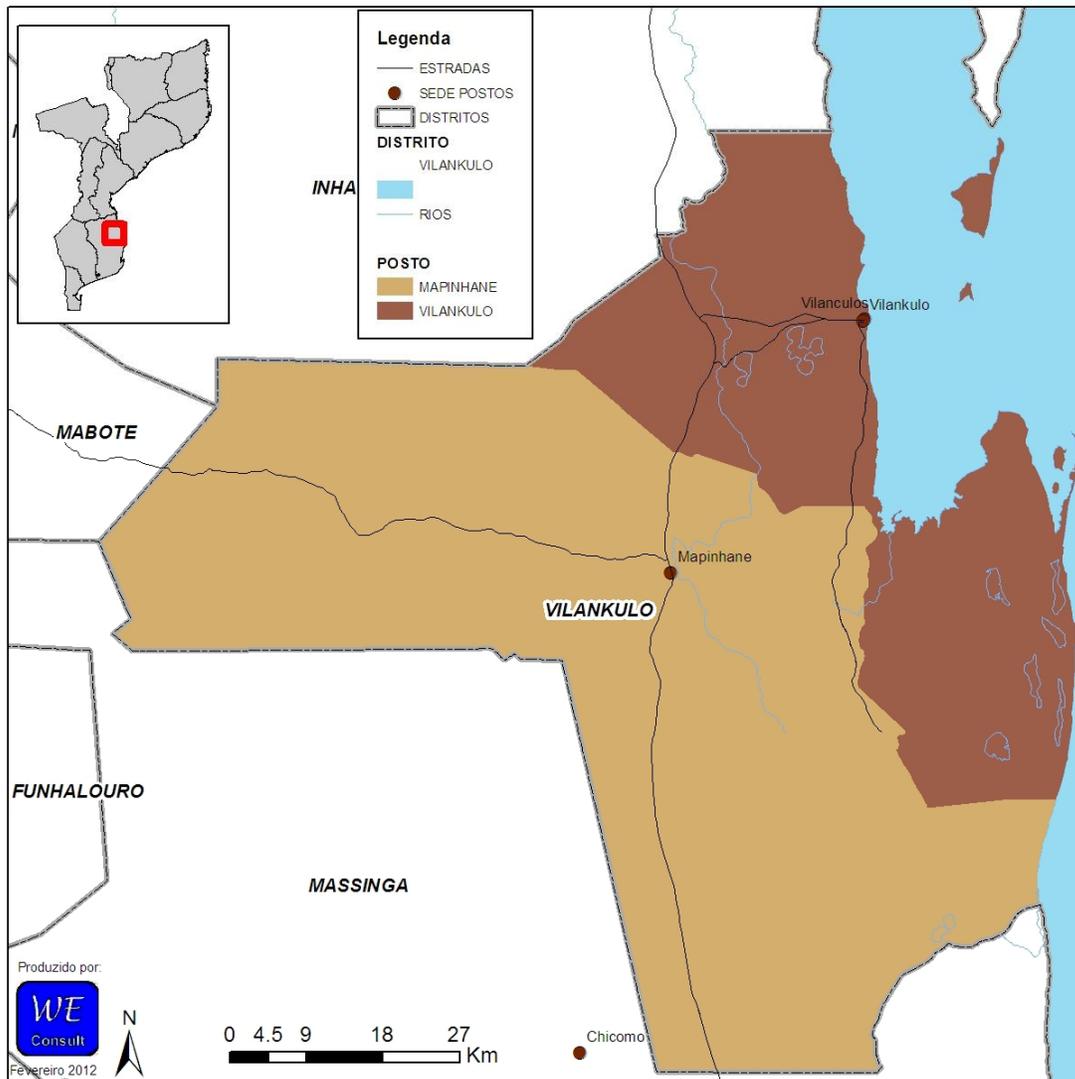
APÊNDICE n°3



Figura n°2: agricultora fazendo a sacha

Fonte: *Autor (2014).*

ANEXOS



Anexo no1: Mapa da Localização do Distrito de Vilankulo

Fonte: (WE Consult, 2012)